

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

INCLUSÃO: RELATOS E REFLEXÕES

Julia Marcelino Melo –
UNIOESTE – julia.melo@unioeste.br

Eixo 4: Educação Inclusiva

Resumo

Sabe-se que há inúmeros desafios na educação como um todo. Muitos desses desafios estão relacionados à educação especial. Este trabalho visa expor relatos e experiências com o objetivo de estabelecer reflexões e análises acerca de um desses desafios, a inclusão. De forma a estreitar mais o recorte para este artigo, escolheu-se investigar situações de inclusões de estudantes com deficiência auditiva e/ou surdez. A metodologia de pesquisa escolhida foi entrevista semi-estruturada. Para o estudo foram entrevistadas duas estudantes com perda auditiva que vivem/viveram a experiência da inclusão em escolas públicas do município de Londrina. Através da análise dos relatos serão levantadas hipóteses, questionamentos e reflexões sobre a funcionalidade e eficácia da inclusão. Os relatos registrados neste trabalho apontam que ainda há um longo caminho a ser percorrido na acessibilidade e inclusão. Busca-se então contribuir para elaboração de estratégias, soluções e metodologias para melhorar a funcionalidade e eficácia da inclusão.

Palavras-chave: Inclusão; Surdez; Libras.

1. Introdução

Com o avanço da tecnologia nos dias atuais podemos facilmente acreditar na falsa premissa que se de fato milhões de informações – que antes eram registradas apenas em fragmentos de inúmeros volumes de enciclopédias – está a apenas um “clique” de distância, a população do século XXI, as famosas gerações “Y” e “Z”, seriam extremamente cultas, bem informadas e conscientes, a realidade, contudo, é bem distinta.

Estabelecendo uma comparação com o século passado há sim uma diferença positiva em relação à informação, garantia de direitos, inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, essa diferença é relativamente grande, mas não tão expressiva quanto poderia ser.

Há, ainda, um longo caminho a ser trilhado em busca da equidade na sociedade brasileira, contudo não podemos ignorar os avanços e conquistas obtidos até o presente momento.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

A inclusão, tema central deste artigo, é um exemplo de conquista, não somente para pessoas com deficiência, como também para a população em geral que necessita de forma constante aprender a conviver em sociedade respeitando a todas as diferenças individuais e coletivas.

Considerando as singularidades de cada pessoa com deficiência será apresentado neste trabalho um recorte e reflexão acerca do funcionamento e eficácia da inclusão de pessoas com deficiência (auditiva) em escolas públicas municipais e estaduais.

O desenvolvimento do trabalho tem como objeto de análise entrevistas realizadas com duas estudantes, ambas do sexo feminino e deficientes auditivas.

2. Desenvolvimento

Mesmo com o advento da internet, wi-fi, 4G, e bilhões de smartphones funcionando vinte e quatro horas por dia, uma pequena parcela da população conhece a diferença entre o termo deficiente auditivo (D.A.) e surdo, tampouco conhecem o alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que é comumente confundida com o signo de libra do horóscopo.

A verdade triste, mas real, é que: a informação existe, só não querem compartilhá-la. A sociedade se acomodou a não falar sobre o assunto antes visto como um tabu e prefere na maior parte do tempo ignorar a existência de pessoas com deficiência e suas características, necessidades, direitos, entre outros aspectos pertinentes.

Entretanto, ainda que exista uma segregação, mesmo que velada, conforme afirma o documento da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com deficiência ou não, pessoas são pessoas:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. [sic] Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (BRASIL, 2012)

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

A inclusão, seja na sociedade, na escola, no mercado de trabalho, entre outros ambientes, exige um esforço árduo e contínuo das pessoas envolvidas neste processo para que ele funcione e ainda, ferramentas, estratégias, metodologias e profissionais específicos, como por exemplo, intérpretes de Libras que, como veremos nos relatos mais adiante tem presença quase nula nas escolas públicas da rede básica de ensino.

Antes de expor os relatos das entrevistadas faz-se necessário registrar, para melhor compreensão, uma síntese da definição dos termos: inclusão, deficiente auditivo, surdo e Libras.

2.1. Inclusão

Em seu livro *Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?* A autora Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p.12) aponta que “[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos.” Segundo Mantoan (2003, p.12) o motivo para isto é a crescente amostragem da diversidade humana em suas “[...] diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero [...]”.

Contrariando um dos primeiros pensamentos que comumente surgem à nossa mente em relação à definição da palavra inclusão: incluir alguém que ora foi excluído remetendo a um conceito implícito de exclusão, Mantoan (2003) difere o processo de integração e inclusão afirmando que:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (Mantoan, 2003, p. 16)

2.2. Surdez e Deficiência Auditiva: Quais as diferenças?

Há mais de uma resposta “correta” para a questão elencada no título acima. Sob o ponto de vista clínico, surdo é toda pessoa que possui surdez profunda.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Caso a perda auditiva seja leve ou moderada a pessoa é considerada deficiente auditivo.

Entretanto, para a comunidade surda, ou seja, no contexto histórico, social e cultural, Surdo – com letra maiúscula para ressaltar o orgulho de pertencer à esta comunidade – é todo aquele que além de possuir perda auditiva (na maioria dos casos profunda) participa e se identifica com a comunidade e os elementos da cultura surda (literatura, poesia, pinturas e ilustrações, piadas, entre outros elementos) e utiliza a Libras para se comunicar, conforme aponta Bisol e Valentini (2011):

Os surdos, ou *Surdos* com letra maiúscula, como proposto por alguns autores, são pessoas que não se consideram deficientes, utilizam uma língua de sinais, valorizam sua história, arte e literatura e propõem uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Os deficientes auditivos seriam as pessoas que não se identificam com a cultura e a comunidade surda. (Bisol e Valentini, 2011, p. 1 e 2)

É curioso analisar que sob a ótica apontada pelas autoras, nomear uma pessoa que se considera surdo como deficiente auditivo seria ofensivo para esta tanto quanto o contrário: utilizar a palavra surdo para denominar uma pessoa que se identifica como deficiente auditivo. Bisol e Valentini (2011) ainda ressaltam que:

Assim, contrariamente ao que muitos podem supor, o surdo que se identifica com a língua de sinais e a comunidade surda não gosta de ser chamado de deficiente auditivo. Ele tem orgulho de ser surdo e não se considera um deficiente. Já a situação da pessoa que não se identifica com a comunidade surda tende a ser mais delicada: alguns se incomodam muito quando seu déficit auditivo é percebido, outros se reconhecem como deficientes auditivos [...]. (Bisol e Valentini, 2011, p. 2)

2.3. A Língua Brasileira de Sinais – Libras

Contrariando o senso comum a Libras não é uma forma de linguagem sem estrutura gramatical semelhante a mímicas e gestos sem sentido ou regras. A Libras é uma língua de sinais que, conforme aponta Honora (2009, p. 41) “é a representação da cultura de um povo”, ou seja, a parcela surda da população brasileira. Ressalta-se ainda que a Libras não é uma língua de sinais universal, conforme destaca a autora:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

As línguas de sinais não são universais. Cada uma tem a sua própria estrutura gramatical e assim, como não temos uma língua oral única, também não temos apenas uma língua de sinais. [...] Mesmo países com a mesma língua oral possuem línguas de sinais diferentes. Um exemplo é o caso de Brasil e Portugal. Por mais que estes países possuam a mesma língua oral, possuem línguas de sinais diferentes, com características próprias. O contrário acontece com os Estados Unidos e o Canadá, que possuem a mesma língua oral e a mesma língua de sinais. (Honora, 2009, p. 41)

A Libras possui uma estrutura gramatical própria, parâmetros (tais como: configuração de mão, ponto de articulação, entre outros), e aspectos linguísticos, fundamentais para que a Libras seja reconhecida como uma língua, a língua oficial da comunidade surda brasileira conforme a Lei nº 10.436/2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

2.4. Experiências na inclusão: relatos e reflexões

Conforme mencionado nas páginas anteriores deste trabalho, foram entrevistadas duas estudantes, residentes na cidade de Londrina, do sexo feminino e deficientes auditivas. Optou-se por não revelar suas identidades (nome e sobrenome) pelo motivo de ambas serem menores de idade. A entrevista foi consentida pelos responsáveis por ambas.

Para identificá-las, neste texto utilizaremos a letra “E” maiúscula acrescida do número 1 ou 2, significando assim: E1 – Entrevistada 1 e E2 – Entrevistada 2. E1 está no 5º ano do ensino fundamental e estuda em uma escola pública municipal na zona leste de Londrina. E2 está no 1º ano do ensino médio e estuda no Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES).

Inicialmente as entrevistadas foram questionadas acerca de sua identificação quanto à surdez ou deficiência auditiva e seus graus de perda auditiva, explicando que a pergunta era relacionada à suas identidades e não ao laudo médico:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Deficiente auditiva. Grau de perda auditiva 70%. (E1)

Eu me identifico como deficiência auditiva. Meu grau de perda é severa. (E2)

Acerca das causas de perda auditiva, de acordo com Sartorato (2000)
“Dados mundiais indicam que 60% dos casos são causados pela herança genética do bebê.” A seguir, as respostas das entrevistadas quando questionadas sobre o início de sua perda auditiva e se há surdos e/ou deficientes auditivos entre seus familiares:

Acho que com 3 anos. Meus pais são surdos, irmãos também. (E1)

Eu acho que quando eu fiz 2 meses. Tem surdo e D.A. (E2)

Na sequência, iniciando a abordagem acerca da inclusão, procuramos conhecer a trajetória escolar das entrevistadas, investigando se houve entrada e/ou saída de escolas regulares e especializadas:

Já estudei na escola de surdos no P5. Sai da escola de surdos porque lá não ensina muita coisa. (E1)

Eu estudei na inclusão 2 anos e meio. E faz 4 anos que eu estudo no ILES. Sai da inclusão porque eu tinha dificuldade para me desenvolver, eram 30 alunos e não tinha professor de apoio. Os professores ficavam de costas para os alunos e como eu leio os lábios sentia muita dificuldade. Minha mãe também percebeu que eu não estava aprendendo então ela me transferiu para o ILES. (E2)

Comparando os dois relatos acima percebe-se uma divergência no funcionamento e eficácia da inclusão entre as duas entrevistadas. Podemos elencar como uma das causas dessa divergência os níveis de ensino, pois há uma grande diferença no formato e estruturação entre os anos iniciais do ensino fundamental (1º a 5º ano) e os anos finais (6º a 9º ano).

Ainda que as escolas possuam mais de um professor – para lecionar aulas de Educação Física, Inglês, Artes, entre outras – nos anos iniciais do fundamental, há a presença de um professor regente para cada turma, uma referência diária e constante que contribui para o acolhimento dos alunos e mediação durante o processo de inclusão diário. Essa mediação mostra-se evidente no relato da E1 abaixo:

Não tenho intérprete. Às vezes não entendo, eles (a professora e meus colegas) me ajudam. (E1)

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

A mediação apresenta-se ainda mais expressiva quando questiona-se à E1 sobre a língua utilizada por sua professora nas aulas, a entrevistada expõe que ainda que suas aulas sejam em português e utilize mais a língua portuguesa para se comunicar na escola, ensina a Libras em diversos momentos do cotidiano escolar, respondendo em seguida se ensina ou não a Libras na escola:

Sim, até para a professora, rs. (E1)

Em contraponto, E2 aponta que frequentemente há professores no ILES que não sabem Libras:

Quando tem professores que entram e não sabem Libras, eu interpreto a Libras uma semana para eles. (E2)

Observando o relato acima nota-se que há uma urgente necessidade de revisão no formato de seleção de professores para lecionar em escolas especializadas, além da falta de intérpretes para situações em que não existam professores capacitados para ensinar em Libras, uma vez que exercer função de intérprete não é dever do aluno.

Entretanto, as práticas de intérprete no cotidiano escolar da E2 apresentam o seguinte aspecto positivo: a reflexão e o desejo da própria aluna em se formar para ensinar, ainda que tenha receio das dificuldades de acessibilidade no futuro.

Eu tenho vontade de terminar a escola e fazer uma faculdade de Pedagogia e Letras Libras para dar aula de português em Libras. Tenho vontade de dar aula lá no colégio e trabalhar em outra escola. Tenho vontade de ter intérprete (na graduação) tenho muito medo de não ter acessibilidade. (E2)

3. Conclusão

Conclui-se com as análises dos relatos expostos neste trabalho que, ainda que a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e surdos já ocorra há algum tempo em diversas escolas, existe um caminho longo e complexo a ser percorrido para que esta inclusão seja realmente aproveitada pelas pessoas que precisam: pessoas com deficiência.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Percebe-se a necessidade de mudanças e adequações para que a inclusão ocorra de forma contínua em todos os níveis de ensino: básico, médio e superior. Conforme se observou no recorte deste trabalho há uma ruptura no processo de inclusão na transição entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Permitir que a inclusão ocorra de forma eficaz somente em determinado momento da educação básica é como dar um objeto a alguém, que necessita que este funcione em sua totalidade, sabendo que este exerce somente metade de suas funcionalidades e mais, que as formas de conserto para que este objeto funcione completamente são praticamente nulas.

A força da metáfora utilizada acima se torna ainda maior quando se substitui *objeto* por *direito* e concluímos que esta é a realidade da população de pessoas com deficiência de todo o território brasileiro.

Contudo, ainda há esperança de que futuramente existam mais profissionais qualificados, desejosos em contribuir para que a inclusão e acessibilidade aconteçam de forma eficaz e contínua, assim como a Entrevistada 2, garantindo que o direito de acesso, inclusão, acessibilidade e permanência das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino seja garantido.

4. Referências

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris. Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença? **Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS**. Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em:
<http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf> Acesso em 14 jun. 19.

BRASIL, Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Seção 1. Página 23. Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 14 jun. 19.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p. Disponível em:
<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoascomdeficiencia.pdf> Acesso em 13 jun. 19.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n0e151>> Acesso em: 14 jun. 19.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Coleção Cotidiano Escolar. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>> Acesso em 13 jun. 19.

SARTORATO, Edi Lúcia. A genética da surdez: Teste simples detecta problemas de audição em recém-nascidos. **Pesquisa Fapesp.** São Paulo, Edição 50, jan. 2000. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2000/02/01/a-genetica-da-surdez/>> Acesso em: 14 jun. 19.